

*Jorge Fernandes Alves* (recolha e introdução), **Rodrigues de Freitas. Intervenções Parlamentares (1870-1893)**, Assembleia da República-Edições Afrontamento, Lisboa-Porto, 1999, 735 páginas.

Sob a responsabilidade editorial da Assembleia da República e das Edições Afrontamento, foi publicado na «Colecção Parlamento» o volume *Rodrigues de Freitas. Intervenções Parlamentares (1870-1893)*, tendo ficado a recolha das peças oratórias e a introdução de enquadramento ao cuidado do professor Jorge Fernandes Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Estamos perante um trabalho que honra o presidente da Comissão do Património da Assembleia da República, professor Fernando de Sousa, autor das breves mas objectivas palavras prefaciais e um dos impulsores desta iniciativa. Por outro lado, o estudo introdutório que Jorge Fernandes Alves dedica a José Joaquim Rodrigues de Freitas Júnior (pp. 7-39) é modelar pela sua objectividade e argúcia, permitindo ao leitor discriminar facilmente os diversos momentos de afirmação doutrinal do nosso primeiro deputado republicano. Com efeito, este estudo segue com rigor a evolução de Rodrigues de Freitas desde a sua integração de juventude nos círculos afeiçoados ao setembrismo até à desilusão com que acolheu o activismo revolucionário republicano do pós-ultimato. E, como o autor não olvi-

da a referência aos temas parlamentares que foram objecto da atenção de Rodrigues de Freitas no decurso das legislaturas em que participou, a introdução cumpre cabalmente o seu escopo, funcionando como um epítome muito clarificador da matéria restante. Tal matéria compõe-se das intervenções feitas pelo deputado portuense nas legislaturas de 1870-1871 (pp. 43-140), de 1871-1874 (pp. 141-392), de 1879 (pp. 393-540), de 1880-1881 (pp. 541-703) e, finalmente, de 1893 (pp. 705-724). O volume encerra com um índice (pp. 725-733) sobremaneira útil para os leitores em geral e muito em especial para os estudiosos da época em causa, uma vez que nele se detalha a substância de cada uma das intervenções parlamentares de Rodrigues de Freitas.

A atribuição de um significado cívico-ideológico à propaganda republicana não parece constituir tarefa árdua. Basta que atentemos na explícita e reiterada valorização atribuída pelos mais importantes expoentes republicanos — republicanos de todas as gerações, saliente-se! — ao património valorativo do radicalismo liberal para que este aparente nó górdio se desate. O republicanismo reconhece como seus mais directos e dilectos antecessores os conspiradores vintistas do «Sinédrio», os sublevados da revolução de Setembro de 1836, os inimigos jurados do cabralismo e os combatentes «pata-ao-léu». A mensagem republicana, pelo menos aquela que nos conduz a 5 de Outubro de 1910, consiste num neovintismo expurgado da mácula dinástica, a

que posteriormente serão acrescentados, de modo mais sistemático, os temas do laicismo e do nacionalismo pró-colonialista. A presença deste sentimento neovintista será tão avassaladora e diuturna que, como é sabido, a causa principal da falência da revolta republicana portuense de 31 de Janeiro de 1891 radicou no «ininteligente servilismo» — a expressão é de Basílio Teles — com que os amotinados nortenhos entenderam copiar o cerimonial patriótico de 24 de Agosto de 1820. Por outro lado, a geração doutrinária em que se inseriu Rodrigues de Freitas facilmente se aclimatou à fórmula persuasiva e pacificadora do positivismo, o qual inscrevia na lógica necessária da desenvolvimento histórica a concretização institucional e política da ideia de república. A mutação do regime dependeria da persistência de uma militância pedagógica, fatora da transformação das consciências individuais num sentido liberal-radical e dos seguintes êxitos eleitorais. Por isso, um temperamento tão ardente e convicto como o de José Falcão entendia, na sua *Cartilha do Povo*, ser possível derrubar a monarquia com «balas de papel».

Rodrigues de Freitas é um exemplo acabado deste ideário. Como Jorge Fernandes Alves bem salienta no seu excelente estudo, o qualificativo que ele declara aceitar em 1874 é o de «democrático», confessando então algum vestígio de perplexidade perante o apodo de «republicano». Mais: embora tendo sido candidato republicano pelo círculo portuense

n.º 39 às eleições legislativas de Outubro de 1878, candidatura de resto triunfante, ainda numa intervenção parlamentar de 1880 ele se declara «republicano e nada mais», não querendo ser visto como «intérprete do partido republicano português». Ora, salvo melhor entendimento, o que aqui se exprime é a fidelidade de sentido ético a uma crença e o império de um sentimento que, mais do que os conteúdos de quaisquer corrilhos militantes, preza e defende o valor de um constitucionalismo depurado de mistificações. Pelo que respeita ao gradualismo evolucionista da caminhada para a República, Rodrigues de Freitas continua a ser filho do seu tempo e elemento de uma geração que traduzia o seu protesto sob a forma do comício, da peça tribunicia, da representação aos poderes estabelecidos e do artigo de jornal, mas que repudiava o recurso ao pronunciamento ou a soluções de força. A sua demarcação dos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891 não foi apenas provocada pela invocação abusiva do seu nome por parte dos implicados, exprimindo sobretudo a irrevogável opção por uma mudança que deveria operar-se através de «meios doces e fáceis», como era requerido pelo ensinamento positivista. Serão bem diferentes as razões tácticas e estratégicas que determinaram o activismo revolucionário da «geração do ultimato». Até por isto, por se tratar de uma individualidade que reveste feição paradigmática para o doutrinário republicano coevo e

que, na companhia de outros seus contemporâneos, fecha o ciclo das contestações puramente filosóficas face às disfunções monárquicas, o trabalho realizado por Jorge Fernandes Alves constitui uma importante achega para todos os que continuam a interessar-se pelas diversas modalidades de expressão do demo-liberalismo oitocentista português.

AMADEU CARVALHO HOMEM

*José Manuel Tavares Castilho, A Ideia da Europa no Marcelismo, 1968-1974*, 561 páginas.

As relações ambivalentes de Portugal com a Europa no período do Estado Novo, e em particular no período agonizante do marcelismo, são admiravelmente retratadas neste livro. Conforme salienta António Costa Pinto no prefácio, a obra de José Manuel Tavares Castilho é precursora nos *curricula* de História ou Ciência Política nos estudos europeus, até aqui mais estruturados em disciplinas como a Economia. Nuno Severiano Teixeira, na apresentação da obra, salientou mais duas qualidades deste livro: oferece uma boa leitura e apresenta um apêndice completo de textos e documentos. Fernando de Sousa considera que o trabalho ficará como um dos marcos de referência

da historiografia do marcelismo devido ao ineditismo do tema abordado. Para quem desconheça o nosso passado recente europeu e queira descobrir os motivos históricos da nossa presente realidade europeia, recomendando a leitura deste livro<sup>1</sup>.

A premissa de Tavares Castilho é a de que não houve abertura à Europa para além das ligações económicas com a EFTA em 1959 e a CEE em 1972. As clivagens em volta da dicotomia Europa/ultramar levariam à vitória dos ultras, apegados à memória de Salazar e ao ultramar. O período do consulado de Marcelo Caetano foi escolhido, de acordo com o autor, por reunir as necessárias condições políticas e sociológicas ligadas ao desaparecimento político de Salazar, à esperança de renovação suscitada por Caetano, à necessidade de chegar a um acordo com a CEE com a futura entrada da Grã-Bretanha, à revisão constitucional de 1971, à agudização da situação política e militar no ultramar e à crescente oposição interna.

Neste enquadramento, a investigação teve como objectivo geral determinar se a opção europeia teria sido «assente em convicções e tendo como fulcro um movimento voluntário e assumido no quadro de uma

---

<sup>1</sup> O melhor resumo do nosso passado europeu continua a ser de José Calvet Magalhães, in Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire e José Calvet Magalhães, *Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal Nesses Movimentos*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, Departamento de Integração Europeia, 1981, pp. 35-55.